

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXXI - 24 DE AGOSTO DE 2018

DOIS ACIDENTES GRAVES NO REFINO

Um incêndio atingiu a Refinaria de Paulínia (Replan), no interior de São Paulo na madrugada da última segunda-feira (20). As chamas tiveram início após a explosão do tanque de águas ácidas, que fica no chamado craqueamento, unidade que acabou de passar por manutenção e sofreu uma série de intervenções em seus equipamentos, segundo informações do Sindipetro Unificado de São Paulo.

O fogo também atingiu a unidade de destilação da Refinaria, causando o rompimento de várias linhas de tubulações. Houve três explosões e os trabalhadores tiveram de deixar o local. “Foi muito grave o que aconteceu, poderia ter sido uma calamidade”, denunciou o coordenador-geral da FUP, Simão Zanardi Filho.

Os funcionários do setor administrativo foram dispensados na última segunda devido à falta de segurança. Somente os trabalhadores da operação e manutenção foram trabalhar. A Petrobrás paralisou a produção da Refinaria, sem previsão de normali-



Incêndio na Replan, em Paulínia, São Paulo, na madrugada de 20 de agosto

zação. Foi instaurada uma comissão para investigar as causas da explosão.

Há 20 dias, outro acidente grave aconteceu na Regap, em Minas Gerais. Um vazamento de ácido sulfúrico 98% deixou três trabalhadores feridos. O acidente aconteceu quando um operador e dois técnicos de manutenção acompanhavam o teste de uma válvula do sistema de ácido sulfúrico

98% da U-47 e houve o rompimento de uma conexão de um Indicador Local de Pressão (PI) próximo ao local de serviço, emitindo um jato de ácido que os atingiu.

O operador Antenor Pessoa Cavalcante teve 20% do corpo queimado e está internado no Hospital Mater Dei, em Belo Horizonte. Além das queimaduras, ele sofreu uma lesão

reversível no olho direito. Os outros dois trabalhadores tiveram apenas ferimentos leves.

Os acidentes da Replan e da Regap são reflexo da política de cortes de investimentos e privatização de ativos da atual gestão da Petrobrás. Essas medidas potencializam os riscos de acidentes, principalmente em função da redução de efetivos, da falta de manutenção das unidades e da consequente precarização das condições de trabalho. Em pesquisa feita pela FUP e sindicatos com os trabalhadores de refinarias, 94% dos 1.180 petroleiros informaram que não se sentem seguros nas unidades. Apenas 170 trabalhadores disseram ter tido algum tipo de treinamento sobre os procedimentos de Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, como prevê a NR-20.

Minas Gerais registra três acidentes em dez dias

Minas Gerais registrou seu terceiro acidente em unidades da Petrobrás em dez dias, sendo o segundo com vítima. No último dia 16, um trabalhador terceirizado ficou ferido durante a parada de manutenção que acontece na Termelétrica Aureliano Chaves, em Ibirité, há quatro semanas.

A vítima sofreu um corte na mão

e foi socorrida para o setor médico da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim (MG), e depois encaminhada a um hospital. Ele precisou de quatro pontos e teve alta médica no mesmo dia. Já no dia seguinte foi visto na Termelétrica, mas não estava trabalhando, pois o serviço da empresa terceirizada havia sido suspenso.

Além do vazamento de ácido sulfúrico 98% na Regap, outro acidente aconteceu na Refinaria no dia 6 de agosto. Uma Kombi da empreiteira Manserv pegou fogo dentro da Refinaria. O incêndio ocorreu no motor do veículo e foi rapidamente controlado com uso de canhão de água e extintores. Ninguém ficou ferido.

Veja nesta edição:

2 Editorial: Matar para lucrar, sucatear para vender

3 Regap tenta impor periódico durante folga de trabalhadores

3 PLR: Petrobrás não se explica sobre Fafen-PR



EDITORIAL

Matar para Lucrar, Sucatear para Vender

Os seguidos acidentes ocorridos no Sistema Petrobrás nas últimas semanas têm assustado trabalhadoras e trabalhadores. Não bastassem a morte de um mergulhador no E&P e o gravíssimo acidente com ácido sulfúrico na Regap, nos últimos dias acompanhamos novos eventos na Termelétrica Aureliano Chaves, em Ibirité/MG, e na Replan, em Paulínia/SP.

A categoria petroleira vive na pele as consequências de um projeto político que, ao assumir o comando da Petrobrás, tomou uma escolha clara: matar para lucrar, sucatear para vender! A receita antiga, amplamente seguida nos anos 1990, traz consigo o fantasma dos grandes acidentes vividos naquela época.

Nossa tarefa imediata é denunciar, cobrar e lutar por condições dignas e seguras de trabalho para todos nós, petroleiros próprios e terceirizados. Porém, não podemos nos esquecer de que, há pouco mais de um mês, teremos a oportunidade de escolher qual projeto queremos para a Petrobrás e para a sociedade brasileira.

Embora pareça tratar apenas de discussões mais gerais, as eleições de 2018 confrontarão diferentes visões de mundo com repercussões claras sobre nossos empregos, nossos direitos e nossas condições de trabalho. Nenhum candidato defenderá que o trabalhador tem que morrer ou se machucar pelo lucro de seu patrão, mas sua orientação e suas decisões políticas privatistas poderão, por exemplo, contribuir diretamente para isso. Os graves acidentes envolvendo Usiminas, em agosto desse ano, e Vale/Samarco, em novembro de 2016, falam bem sobre as prioridades de empresas privatizadas.

Após essa série de graves acidentes na Petrobrás, uma frase angustiante tem ecoado entre a peãozada: "Poderia ter sido comigo!".

O que vivemos nos anos 1990 estamos voltando a vivenciar após o golpe de 2016. Se não reagirmos nas próximas eleições, nossos direitos, empregos e vidas seguirão ainda mais ameaçados.

INFORMES

Ministro do STF amplia efeitos da liminar concedida à Petrobrás em ação da RMNR

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ampliou na semana passada os efeitos da liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli à Petrobrás no caso do complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR).

Moraes decretou a suspensão de todas as ações rescisórias que visavam desconstituir processos de RMNR transitados em julgado. O objetivo, porém, não são as rescisórias, mas dar fundamento às suspensões de execuções que os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's) estão a fazer desde a liminar de Toffoli.

A decisão de Moraes, que é o relator do recurso da Petrobrás no STF, foi publicada exatamente no mesmo dia em que a FUP ingressou com um recurso contra a liminar concedida por Toffoli.

Anapar promove III Seminário em Belo Horizonte

No dia 14 de setembro, a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) promove o seminário "Cenários Político-Econômicos e seus impactos nos Fundos de Pensão", em Belo Horizonte. O evento acontecerá de 8h30 às 17h30, no auditório da Fundação Libertas e o objetivo é debater as perspectivas dos fundos de pensão na atual conjuntura brasileira.

As inscrições para o seminário podem ser feitas pelo site da Anapar (www.anapar.com.br). Associados pagam R\$ 100 e não associados R\$ 150. Todos os inscritos estão convidados para um café de boas vindas antes do evento. Para mais informações ligue (61) 3326-3086 ou WhatsApp (61) 8570-8559.

CALENDÁRIO 2018

AGOSTO

24: Comemoração dos cinco anos do jornal Brasil de Fato MG, no Armazém do Campo (Avenida Augusto de Lima, 2136, Barro Preto - Belo Horizonte);

SETEMBRO

07: Grito dos Excluídos;

14: Seminário Regional da Anapar, de 8h30 às 17h30, no Auditório da Fundação Libertas (Av. Álvares Cabral, 200, 17º andar - Belo Horizonte);

22 e 23: Congresso do Povo Mineiro;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br

REGAP TENTA IMPOR PERIÓDICO DURANTE FOLGA DE TRABALHADORES

A gerência da Regap está tentando impor aos trabalhadores de turno e do setor administrativo a realização de exames periódicos durante a folga. A medida já ocorreu em outras refinarias do Sistema Petrobrás e, ao que tudo indica, tem sido uma orientação da atual gestão.

No entanto, é obrigação da empresa arcar com o ônus da realização de exames médicos periódicos, conforme determina o artigo 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso significa que tanto os exames periódicos, como os admissionais e demissionais, devem ser realizados por conta do empregador e não podem ser agendados para dias de folga do empregado.

A Norma Regulamentadora 7 (NR-7), do Ministério do Trabalho, também prevê que os custos dos exames são do patrão. Sendo assim, quando um

petroleiro vai fazer exame externo, cabe à Petrobrás providenciar transporte e abonar o tempo pelo qual o trabalhador permaneceu fora (veja no quadro ao lado).

A postura da empresa desrespeita ainda o próprio Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria, que estabelece os regimes de trabalho e consequentes folgas.

Sendo assim, é direito do trabalhador se negar a realizar exames em seu dia de folga, bem como solicitar a remarcação. E, caso algum petroleiro tenha realizado exames em seu dia de descanso, deve receber o pagamento das horas extras correspondentes ao dia em que, mesmo de folga, esteve à disposição do empregador.

A direção do **Sindipetro/MG** orienta aos petroleiros que não realizem exames periódicos em suas folgas ou se desloquem sem o transporte providenciado pela empresa. E, aque-



Regap, Betim, MG. Foto: Agência Petrobras

O que diz a NR-7

7.3.1 Compete ao empregador:

- a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO [Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional], bem como zelar pela sua eficácia;
- b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;

les que sentirem pressionados ou assediados pelas gerências, devem procurar os diretores, ou o departamento jurídico do Sindicato ou ainda enviar uma denúncia ao e-mail imprensa@sindipetro.org.br. O Sindipetro/MG se compromete com a manutenção do sigilo do trabalhador.

PLR: Petrobrás não se explica sobre Fafen-PR

A gestão da Petrobrás insiste em excluir os trabalhadores da Araucária Nitrogenados (Fafen-PR) do pagamento da Participação nos Resultados (PR) referente ao ano de 2017.

A empresa sequer respondeu ao ofício protocolado pela FUP no último dia 6, que questionava as justificativas dadas pela empresa para o não pagamento do benefício.

Um dos questionamentos consiste na alegação da estatal de não pagar a PR à Fafen porque a unidade não faz parte do acordo de PLR. Porém, em documento da própria companhia consta o pagamento realizado aos trabalhadores da fábrica em 2015.

Então, vem a segunda inconsistência na postura da Petrobrás: se fosse verdade a alegação da empresa,

então ela deveria ter pago a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos trabalhadores da Fafen em 2016, quando a unidade apresentou lucro.

No entanto, para descumprir os direitos dos trabalhadores, a empresa alegou na época que não poderia pagar a PLR porque, apesar de a Fafen ter apresentado lucro, o Sistema Petrobrás obteve prejuízo. Dessa forma, ninguém receberia o benefício.

A categoria petroleira quer saber: como a Petrobrás explica o pagamento da PLR aos trabalhadores da Fafen PR em 2015, nos mesmos moldes do Sistema Petrobrás? Como a empresa explica o não pagamento de PLR para a Fafen PR em 2016, assim como todos nós, quando a unidade fechou o ano com lucro?

Liminar suspende PCR no Espírito Santo

A Justiça do Trabalho do Espírito Santo deferiu medida liminar e suspendeu o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) instituído pela Petrobrás no estado.

A decisão é clara ao dispor que o PCR não deve ser aplicado a qualquer petroleiro. Portanto, aqueles que aderiram terão seus contratos de trabalho desvinculados do novo plano e aqueles não aderiram não poderão fazê-lo, enquanto a liminar tiver vigência.

A principal linha de argumentação da liminar está na lesão ao princípio do concurso público, pois a mobilidade entre cargos, pretendida pela empresa, é vedada em nossa ordem jurídica.

MIGRAÇÃO ENCALHA EM MG

A categoria petroleira mineira tem demonstrado resistência à tentativa de implantação do tão prejudicial PCR. Em levantamento realizado no último dia 9, cerca de 60% da categoria mineira se negou a migrar para o novo plano.

Entre os empregados de nível médio, a negação ao PCR é ainda maior: 74% segue no atual Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC).



SINDIPETRO/MG USA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA COBRAR EXPLICAÇÕES SOBRE ASSEMBLEIA DA TRANSPETRO

O Sindipetro/MG, com a assessoria da Advocacia Garcez, em Brasília, protocolizou requerimento de informações junto à Transpetro com base na Lei de Acesso à Informação. O Sindicato quer cópia integral do ato convocatório da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com todos os pontos discutidos na ocasião, que procedeu a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada em 29 de junho deste ano.

O documento também requer informação sobre a existência de qual-

quer relação explícita que justifique a supressão do antigo art. 8º do Estatuto Social da companhia, em razão da adequação do mesmo à Lei nº 13.303/16 e do Decreto nº 8.945/16. Questiona, ainda, se há alguma relação entre a supressão do art. 8º do Estatuto da Transpetro e o processo de venda de ativos da Petrobrás.

Segundo o advogado Rodrigo de Oliveira Salgado, a convocação da assembleia não apresentou explicações sobre a supressão do artigo 8º do Estatuto da estatal, ponto crucial que

impactará em todo o processo de privatização, tanto da Transpetro quanto das outras subsidiárias da Petrobrás.

“Isso seguramente ficará demonstrado com o atendimento do nosso requerimento pela Lei de Acesso à Informação. O Sindicato mostra alto grau de clareza e defesa dos interesses nacionais ao defender a legalidade e transparência num processo tão complexo e potencialmente lesivo aos trabalhadores e ao povo brasileiro como as tentativas de privatização das subsidiárias da Petrobrás”, avalia.

O coordenador geral do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, destaca que a entidade está empenhada em denunciar à sociedade o que vem ocorrendo com as subsidiárias da Petrobrás.

“O governo ilegítimo de Temer sabe que não pode levantar a discussão sobre a privatização da Petrobrás, porque o povo brasileiro é contra. Ao invés disso, tem agido na surdina na tentativa de esvaziá-la e vender seus ativos, prejudicando os trabalhadores e toda a população. Não vamos ficar calados diante desse absurdo”.

Categoria petroleira se une a manifestantes em Brasília pelo direito de Lula ser candidato

O registro da candidatura de Lula para a eleição presidencial de 2018 foi acompanhado por cerca de 300 petroleiros e petroleiras no último dia 15, em Brasília. Cerca de 50 mil manifestantes se uniram na Marcha Lula Livre, que saiu do Estádio Mané Garrincha em direção ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Encarcerado como preso político há mais de 120 dias na sede da Polícia Federal, em Curitiba, o ex-presidente lidera todas as pesquisas eleitorais. A última pesquisa divulgada pelo Ibope mostrou que Lula lidera com 37% dos votos. Lula é o candidato do povo e o único capaz de recuperar o País dos estragos do golpe.



Militantes de todo o País se reúnem em Brasília para o registro da candidatura do ex-presidente Lula para disputar as eleições presidenciais de 2018

Greve de fome pela liberdade de Lula ganha apoio de centenas de militantes

Os sete militantes em greve de fome pelo direito de Lula ser candidato nas eleições de 2018 já completam 25 dias de luta em Brasília. Os ativistas estão recebendo apoio de centenas de pessoas pelo País.

Em Belo Horizonte, estão sendo realizadas vigílias de apoio aos militantes em greve de fome desde a última segunda-feira (20), em frente ao Palácio da Justiça (Av. Afonso Pena, 1420), todos os dias a partir das 18h.

Os militantes estão em greve de fome contra a volta da fome no País, o aumento do custo de vida, a perda de direitos em saúde e educação, o aumento da violência e a perda da soberania nacional. Eles também se manifestam pela liberdade do ex-presidente Lula, bem como seu direito de ser candidato. Eles enxergam na simbologia de Lula a possibilidade de reverter a situação calamitosa a que o golpe de 2016 jogou os mais pobres.

ONU decide: Lula tem direito de ser candidato nas eleições 2018

A Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que o Estado brasileiro "tome todas as medidas necessárias" para garantir os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como candidato, incluindo o acesso à imprensa.

A decisão decorre de um pedido da defesa do ex-presidente e determina que a candidatura de Lula não deve sofrer impedimentos "até que todos os recursos pendentes de revisão con-

tra sua condenação sejam completados em um procedimento justo e que a condenação seja final".

O ofício, assinado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, reconhece a violação ao artigo 25 do Pacto de Direitos Civis e a ocorrência de danos irreparáveis a Lula na tentativa de impedi-lo de concorrer nas eleições ou de negar-lhe acesso irrestrito à imprensa ou a membros de sua coligação política.